

ALICE MENDONÇA  
(org)



# O FUTURO DA ESCOLA PÚBLICA

1ª Edição 2013



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

**CIE-UMa**

Centro de Investigação em Educação  
[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)



ALICE MENDONÇA (Org.)

# **O Futuro da Escola Pública**

**Título**

O Futuro da Escola Pública

**Organizador**

Alice Mendonça

**Edição**

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa

**Design Gráfico**

Énio Freitas

**Impressão e Acabamento**

João Duarte, Unipessoal, Lda

**Tiragem**

200 Exemplares

**ISBN**

978-989-97490-4-7

**Depósito Legal**

368947/13

© CIE-UMa 2013

[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)

The logo for FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) consists of the letters 'FCT' in a bold, green, sans-serif font.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PEST-OE/CED/UI4083/2011

---

## ESCOLA DE REFERÊNCIA PARA SURDOS – UM EXEMPLO NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

---

**Susana Patrícia Nóbrega Gomes & Ana José Aguiar Rodrigues**

EB1/PE Prof. Eleutério de Aguiar

### INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, assim como de alunos com problemas de saúde ou baixos níveis de aptidão, implica a execução de múltiplas adaptações não só para o docente mas também ao nível do processo ensino-aprendizagem - objetivos, conteúdos, metodológicas, avaliação e recursos materiais - (Winnick, 2004) e de toda a comunidade escolar.

Ao longo do presente trabalho pretendemos centrar a nossa atenção em particular na deficiência auditiva, realizando uma reflexão sobre o processo educativo numa escola de referência para esta deficiência no domínio da Educação Física.

### A SURDEZ

A surdez define-se como uma perda de audição limitando a compreensão de informação auditiva, mesmo recorrendo a aparelhos de ampliação (Winnick, 2004) e inevitavelmente prejudicando o desempenho educativo do aluno (IDEA, 1997).

O diagnóstico de surdez nem sempre ocorre à nascença ou precocemente e o aluno cresce com ela sem que se dê conta, podendo esta interferir nas suas aprendizagens, nos seus relacionamentos e nos seus comportamentos (Winnick, 2004). A nível motor alguns autores reportam a elevada probabilidade de alunos com surdez apresentarem problemas de equilíbrio, atraso no desenvolvimento motor e nas capacidades motoras (Amaral & Coutinho, 2002).

O professor/educador e a família deverão estar atentos a alguns sinais tais como: (i) a interrupção ou ausência do balbucio, a partir do oitavo mês de vida; (ii) a ausência de reação a ruídos significativos; (iii) a utilização constante de comunicação gestual; (iv) a pouca emissão de palavras; (v) a continua solicitação para que se repita o que lhes foi dito; (vi) o falar muito baixo ou muito alto; (vii) o aproximar do ouvido de fontes sonora como televisão ou rádio, ou o aumentar do volume dos mesmos; (viii) dores constantes nos ouvidos; (ix) olhar dirigido para os lábios de quem fala; (x) troca de fonemas e utilização de frases não estruturadas; (xi) a falta de interesse às solicitações do professor e ou educador; (xii) o isolamento e

irritabilidade (Winnick, 2004). Estes sinais de alerta são fundamentais a um despiste e diagnóstico precoce da surdez a fim de minimizar as suas consequências a curto, médio e longo prazo.

## **SURDOS E A SUA INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE**

A privação auditiva poderá interferir no desenvolvimento linguístico da criança, prejudicando a sua inserção na sociedade e produzindo consequências cognitivas e emocionais mais ou menos graves. A literatura alerta igualmente para o facto de muitas vezes os surdos surgirem como uma subcultura dentro da sociedade com uma linguagem própria (Winnick, 2004). A integração social do surdo, para que se dê com mais firmeza, deverá sujeitar-se a um processo que tenha início com um diagnóstico, estimulação e intervenção precoce, tendo a escola e a família um papel preponderante.

Os surdos postulam a comunicação como a sua principal causa de protesto em relação aos ouvintes. Consideram injusto, serem obrigados a assimilar a língua oral e os ouvintes não dispenderem um pouco de tempo para aprender a língua gestual. Em casa, cria-se uma “língua doméstica”, que facilita a comunicação entre a criança surda e os seus familiares, ficando a comunicação, muitas vezes, limitada a factos concretos, sendo que, a aprendizagem da criança surda fica prejudicada pela falta de informação básica e dificuldade de elaboração de pensamento abstrato. Consequentemente, muitos surdos adultos têm menos conhecimentos que uma criança ouvinte.

A inserção da criança surda na sociedade vai depender, de entre outros fatores, de uma comunidade que esteja preparada para incluir, conviver e aceitar aqueles que são diferentes, uma comunidade que não ponha apenas entraves ao desenvolvimento destas crianças, mas que saiba gerir a diferença e aproveite os seus potenciais, como aproveita com as demais crianças sem problemas de audição.

Esta aceitação, embora difícil, norteadada por muitas contingências, entre elas, algumas de índole conceituoso, deverá começar no seio familiar, onde os pais e demais membros deverão incluir a criança surda nas atividades quotidianas do lar, desde o seu nascimento e aprender a comunicar com esta através da sua língua materna, a língua gestual.

Numa segunda fase, na escola, os seus colegas e professores deverão possuir orientações quanto à importância da língua gestual, e outros aspectos de comunicação, com o objetivo de uma interação mais efetiva com a criança surda.

## **ENSINO E OS SURDOS**

A história do ensino dos surdos a nível mundial, e em particular em Portugal, tem registado profundas alterações nas últimas décadas, com o intuito de promover um processo educativo mais eficiente e eficaz. Neste contexto, a integração dos surdos no ensino regular surge da necessidade de concentrar estes alunos de forma

a salvaguardar o acesso à educação na língua gestual portuguesa, bem como de rentabilizar os recursos humanos especializados e os recursos materiais.

A necessidade de promover a inclusão é reconhecida há muitos anos em resoluções internacionais sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência e em declarações de princípios na área da educação especial, mas só muito recente no nosso país. Efetivamente, só no início da década 90 é que surgem as géneses da integração através da declaração de Salamanca, concedendo aos surdos a possibilidade de oferta educativa em escolas especiais, em unidades, classes especiais ou em instituições escolares do ensino regular (UNESCO, 1994).

Em Portugal, desde o final da década de 90 e até 2007, as crianças surdas concentram-se em unidades de apoio à educação, com terapia da fala e docentes especializados por vezes com carácter pontual. Neste contexto, assiste-se à imposição do oralismo, em detrimento de um modelo de ensino bilingue, em que a língua gestual portuguesa deveria definir-se como língua materna.

O Decreto-Lei nº 3/2008, salvaguarda a criação da primeira rede de escolas públicas de referência em Portugal para o ensino bilingue de alunos surdos, onde se concentram recursos humanos e meios materiais, que tentam oferecer respostas educativas de qualidade a estes alunos. O quadro destas escolas integra docentes com formação especializada na área da surdez ou com competência em língua gestual portuguesa, docentes surdos, formadores de língua gestual portuguesa e intérpretes de língua gestual portuguesa, terapeutas da fala entre outros. Neste contexto, os alunos surdos convivem com os seus pares ouvintes nos recreios, refeitórios, bem como nas actividades extra – curriculares (Educação Física, Música, Expressão Plástica, Tecnologia de Informação e Comunicação) permanecendo em subturma nas restantes disciplinas por forma a garantir qualidade educativa.

Na Região Autónoma da Madeira, a EB1 C/PE Prof. Eleutério de Aguiar, a Escola Básica de 2º e 3º ciclo dos Louros e a Escola Secundária Francisco Franco são exemplos de escolas de referência que promovem a educação a crianças e jovens surdos tentando ir de encontro às suas necessidades específicas. Neste contexto, procura-se gerar um “ modelo bilingue para a educação de surdos em escolas de referência que destrinça claramente, de outras opções educativas, a opção por modelos específicos de educação de alunos surdos em que a língua primeira é uma língua oficial portuguesa minoritária: a língua da comunidade surda portuguesa” (Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro). Com sustentação nesta legislação todo o processo de ensino e aprendizagem tende a ser realizado em língua gestual portuguesa e beneficia de aplicações metodológicas e estratégias de intervenção disciplinares e interdisciplinares, adequadas aos alunos surdos.

Igualmente crucial no ensino em populações surdas, é a individualização do ensino não só para os alunos surdos como para os demais colegas quando assim se justificar. As adaptações curriculares afirmam-se como uma das ferramentas imprescindíveis no processo ensino-aprendizagem e consistem em opções curriculares tomadas pela comunidade educativa, a vários níveis, atendendo à diferença de aprendizagens e à necessidade de individualizar o ensino. Deste modo, existem decisões de toda a equipa escolar, bem como de níveis hierárquicos

superiores, com intuito de resolver situações mais graves e persistentes, e que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução. Estas decisões levam muitas vezes a adaptações curriculares de grande porte, nomeadamente ao nível do currículo nacional ou da dinâmica escolar, tais como parcerias ao nível pedagógico, criação de currículos alternativos ou de sub turmas, entre outras.

Ao nível da sala de aula, o professor sente-se muitas vezes confrontado com a necessidade de realizar pequenos ajustes ao seu trabalho pedagógico, alterações de carácter micro, das quais se destacam:

- Adequações organizativas (tipo de agrupamento de alunos; organização didática das aulas; organização do tempo);
- Adequações relativas (priorização de áreas ou conteúdos essenciais para a aprendizagem; elaboração de conteúdos de recuperação; eliminação de conteúdos menos relevantes; priorização de objetivos que enfatizam a atenção, participação e adaptabilidade; sequenciação dos conteúdos, dos mais simples para os mais complexos);
- Adequações avaliativas (selecção de técnicas e instrumentos para avaliar o aluno);
- Adequações nos procedimentos didáticos (alteração dos métodos de ensino e selecção e adaptação de materiais).

## **ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA A ALUNOS SURDOS**

Alguns estudos têm demonstrado que os alunos surdos apresentam dificuldades motoras, nomeadamente de equilíbrio e de desenvolvimento motor (Amaral & Coutinho, 2002). No entanto, salienta-se igualmente que as diferenças entre os alunos surdos e aqueles sem problemas de audição, poderão advir da diferença de oportunidades de aprender o movimento (Winnick & Short, 1986). Neste contexto, o professor é o responsável por potencializar a comunicação e possibilitar aos seus alunos o maior número de oportunidades de aprendizagem de habilidades motoras básicas, adequadas às suas dificuldades e capacidades. Porém, no domínio da Educação Física uma das principais dificuldades reside no feedback, perante a instrução e a assimilação de conceitos, nomeadamente quando os conteúdos são verbais e o docente não domina a linguagem gestual (Graziadei, 1998).

A comunicação entre professores e alunos e destes com os seus pares é salutar a nível motor num padrão de atividade física (Lieberman et al., 2000). Esta decorrerá de uma estreita ligação entre o docente de Educação Física e o interprete na implementação de estratégias de comunicação (Graziadei, 2008). O autor sugere no contexto das aulas de Educação Física: (i) uso de comandos visuais específicos, de fácil compreensão; (ii) distribuição de informação impressa para compreensão das actividades; (iii) recurso à demonstração; (iv) criação de sinais de comunicação à distancia; (v) olhar directamente para os alunos de modo que a expressão facial e os lábios lhes sejam visíveis; (vi) posicionar os alunos de frente para o professor; (vii)

certificar-se de que os alunos compreendem as actividades antes do seu início; (viii) promover habilidades de liderança entre alunos surdos; (ix) promover actividades de interajuda e comunicação entre os alunos surdos e os sem deficiência auditiva; (x) promover a utilização de linguagem gestual (professor e alunos); (ix) potencializar as actividades rítmicas (recorrendo a vibração e uso de luzes).

## CONCLUSÃO

A inclusão afirma-se cada vez mais como um meio de educação, específico, individualizado e centrado nas potencialidades e dificuldades inerente aos alunos com necessidades educativas especiais. Face a esta nova realidade de promoção da inclusão no sistema de ensino português, o professor desempenha um papel crucial. Com o presente trabalho, procuramos reflectir sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva, abordar e caracterizar uma escola de referência, e apresentar algumas estratégias de intervenção no contexto da comunidade educativa, bem como no domínio da sala de aula e das aulas de Educação Física em particular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, M. & Coutinho, A. (2002). A criança surda: educação e inserção social. *Análise Psicológica*, vol.20, nº3, 373-378.

Graziadei, A. (1998). *Learning outcomes of deaf and hard of hearing students in mainstreamed physical education classes*. Dissertação de doutoramento. College Park, USA: University of Maryland.

Lieberman, L. et al. (2000). Peer tutors' effects on activity levels of deaf students in inclusive elementary physical education. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 17 (1), 20-39.

IDEA. (1997). *Individuals with Disabilities Education Act Individuals with Disabilities Education Act amendments of 1997*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office

Marques, U. & Castro, J. (1999). *Terminologia da Área da Actividade Física Adaptada - Um Problema*. I Congresso Internacional de Ciências do Desporto. Porto: FCDEF-UP.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca: UNESCO.

Winnick, J. (2004). *Adapted Physical Education and Sport*. Champaign, Illinois, USA: Human Kinetics Books.

Winnick, J. & Short, F. (1986). *Physical fitness of adolescents with auditory impairments*. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 3, 58-66.

## LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º3/2008 de 17 de Janeiro de 2008, retirado de <http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/index.php?s=directorio&pid=103>.